O JORNAL DO PSTU
Ano XI - Edição 295
Colaboração: R$ 2
De 19 a 25/04/2007

É HORA DE LUTAR CONTRA O GOVERNO!

Uma polêmica com José Dirceu e o PCdoB sobre quem os trabalhadores devem combater

Páginas centrais

DIREITO AO ABORTO: UMA LUTA DE TODOS OS TRABALHADORES

Página 5

PAÍSES POBRES PAGAM A CONTA PELA DESTRUIÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Páginas10 e 11

TRABALHADORES ARGENTINOS FAZEM MAIOR PROTESTO SOB KIRCHNER

Página 12

PÁGINA DOIS

LIMPEZA 1 - Quando o Papa Bento 16 chegar à Catedral da Sé, em São Paulo, no dia 11 de maio, a praça estará vazia, sem os mendigos ou os meninos que moram nas imediações.

LIMPEZA 2 – A Polícia Federal, que disponibilizará 400 agentes para acompanhar a visita do Papa, afastará todos os moradores de rua, fechará a catedral e bloqueará o acesso à praça.

INCÔMODO

Lula deu a seguinte afirmação para justificar os esforços do governo para evitar a instalação do CPI do Apagão Aéreo: "Uma CPI é ruim, duas é pior, três é muito mais, quatro é muito mais. Qualquer chefe de Executivo não gosta de CPI".

PÉROLA

"Vocês têm alguma dúvida? Eu vim aqui para executar as mudanças"

LUIZ MARINHO, categórico ao ser perguntado se fará ou não a Reforma da Previdência, que já está sendo discutida.
(*Jornal do Brasil* 11/4/2007)

SEM-TETO / ACAMPAMENTO JOÃO CÂNDIDO

O acampamento João Cândido, em Itapecerica da Serra (SP), completou um mês no ultimo dia 16. A ocupação, que começou com apenas 200 famílias, reúne hoje cerca de 3 mil famílias sem-teto que lutam pelo direito à moradia. Guilherme Boulos, coordenador estadual do MTST, disse ao Opinião que os sem-tetos estão dispostos a resistir. "Toda e qualquer conquista só virá através da luta", disse.

Foto: Agência Cromafoto

INSPIRAÇÃO

Na Inglaterra, inauguraram um bordel em Preston, cidadezinha localizada no norte do país, no condado de Lancashire, cujo nome adotado é "Brasília". A descoberta foi feita pelo jornalista Carlos Heitor Cony, mas ele diz que a decoração do local inclui a rampa do Palácio do Planalto e a foto oficial do Congresso, locais que devem ter inspirado o dono do estabelecimento.

REPÚBLICA DO SANTANDER

Lula se cansou de intermediários e resolveu entregar o governo diretamente para os banqueiros. O atual ministro do Desenvolvimento, Miguel Jorge, era vice-presidente de Relações Institucionais do Santander. O maior cotado para assumir o BNDES é Gustavo Adolfo Murgel, também ex-diretor do banco. Para completar o ex-presidente do Santander, Miguel Torós, assume a diretoria de Política Monetária do Banco Central.

10 ANOS DEPOIS

No dia 20 de abril de 1997, o índio Galdino, do povo Pataxó, dormia no ponto de ônibus de uma praça de Brasília. Tinha ido para a Capital com uma delegação de oito lideranças de seu povo para reivindicar a recuperação do território invadido por fazendeiros. De madrugada, Galdino acorda completamente em chamas. Ele teve queimaduras em 90% de seu corpo. Antes de ficar inconsciente e morrer, perguntava aos médicos: *"Por que fizeram isso?"*. Os autores da barbárie foram cinco jovens de classe média. Os assassinos encontram-se em liberdade condicional desde 2004. De lá pra cá, muitos indígenas foram assassinados. Cerca de 257 novos "Galdinos" em todo o país.

AGRESSÃO NA UNB

Uma charge política. Esse foi o motivo que levou um estudante da Universidade de Brasília (UnB) a voltar para casa com 80 pontos nas costas. A agressão foi realizada por dois coordenadores do Diretório Central de Estudantes (DCE), no último dia 6. A entidade é dirigida pelo PT e PCdoB a charge era inspirada numa critica que o cartunista Henfil fez aos pelegos dos anos 70. O autor da agressão, Rodrigo Grassi, militante do PT e conhecido como "Pilha", tentou confundir a imprensa local e deu como seu o nome do professor de filosofia da UnB, que nada tinha a ver com a situação.

WWW.PSTU.ORG.BR

Blog Molotov estréia e incendeia debate

O blog Molotov estreou em grande estilo no Portal do PSTU. Trazendo informações diárias dos principais acontecimentos políticos nacionais e internacionais, já na primeira semana, o blog incendiou a polêmica sobre o Encontro Nacional do dia 25 de março. A polêmica foi aberta pelo ex-ministro Zé Dirceu que, em seu blog, manifestou preocupações com o encontro, com a ida de representantes do MST e CSC (ver páginas centrais). Teve início o debate entre Zé Dirceu e Altamiro Borges, do PCdoB, que, entre outras coisas, compartilharam ataques ao PSTU e referências ao nosso blog.

O Molotov surgiu como uma iniciativa de militantes de Fortaleza (CE). Após algumas experiências bem sucedidas de coberturas em tempo real realizadas em parceria entre o Portal e o blog, como o ato em homenagem a Moreno e o Encontro do dia 25, o Molotov foi incorporado de vez ao portal.

O "coquetel incendiário de informações explosivas" vem trazer mais dinamismo ao Portal. Além das notas rápidas sobre variados assuntos e a atualização constante, o blog explora com mais facilidade outros recursos, como vídeo e interatividade.

Acesse www.pstu.org.br/blog.asp e deixe o seu comentário sobre o Molotov.

Nova sede inaugurada em Macaé (RJ)

No dia 14 de abril, ativistas e militantes dos movimentos sociais de Macaé e do Norte Fluminense inauguraram mais uma sede do partido. O evento foi marcado com um debate sobre a situação da Venezuela realizado por Alejandro Iturbe, da direção da LIT-QI. Ele apresentou dados que mostram claramente que posição assumida pelo governo Chávez não é de ruptura com os EUA. Após o debate, houve uma confraternização. A professora Angélica Costa comentou: *"Percebi que existe uma nova realidade com diversas pessoas lutando por melhorias e quero entrar na luta com elas!"*.

EXPEDIENTE

OPINIÃO SOCIALISTA
é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua dos Caciques, 265 - Saúde - São Paulo - SP - CEP 04145-000
Fax: (11) 5581.5776 e-mail: *opiniao@pstu.org.br*

CONSELHO EDITORIAL Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates "Mancha", Nando Poeta, Paulo Aguena e Valério Arcary **EDITOR** Eduardo Almeida Neto **JORNALISTA RESPONSÁVEL** Mariúcha Fontana (MTb14555) **REDAÇÃO** Diego Cruz, Jeferson Choma, Marisa Carvalho, Wilson H. da Silva, Yara Fernandes **DIAGRAMAÇÃO** Carol Rodrigues **REVISÃO** Marisa Carvalho **IMPRESSÃO** Gráfica Lance (11) 3856-1356 **ASSINATURAS** (11) 5581-5576 *assinaturas@pstu.org.br - www.pstu.org.br/assinaturas*

ENDEREÇOS

SEDE NACIONAL

Rua dos Caciques, 265
Saúde - São Paulo (SP)
CEP 04145-000 - (11) 5581-5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
sindical@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br
livraria@pstu.org.br
internacional@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - Rua Dias Cabral, 159. 1º andar - sala 102 - Centro - (82)9903.1709 *maceio@pstu.org.br*

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Pe. Júlio, 374 - Sala 013 - Centro (altos Bazar Brasil) (96) 3224.3499 *macapa@pstu.org.br*

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823, Centro (92) 234-7093 *manaus@pstu.org.br*

BAHIA

SALVADOR - Rua Fonte do Gravatá, 36, Nazaré (71) 3321-5157 *salvador@pstu.org.br*
ALAGOINHAS - R. 13 de Maio, 42 Centro
IPIAÚ - Av. Lauro de Freitas, 282 Centro
VITÓRIA DA CONQUISTA Avenida Caetité, 1831 - Bairro Brasil

CEARÁ

FORTALEZA *fortaleza@pstu.org.br*
CENTRO -Av. Carapinima, 1700, Benfica (82) 254-4727
MARACANAÚ -Rua 1, 229 - Conjunto Jereissati 1
JUAZEIRO DO NORTE - Rua Padre Cícero, 985, Centro

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - Setor de Diversões Sul - CONIC - Edifício Venâncio V, sala 28 Asa Sul - Brasília - DF (61) 3321-0216 *brasilia@pstu.org.br*

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA - *vitoria@pstu.org.br*

GOIÁS

FORMOSA - Av. Valeriano de Castro, nº 231, Centro - (61) 631-7368
GOIÂNIA - R. 70, 715, 1º and./sl. 4 (Esquina com Av. Independência) (62) 3224-0616 / 8442-6126 *goiania@pstu.org.br*

MARANHÃO

SÃO LUÍS - (98) 3245-8996 / 3258-0550 *saoluis@pstu.org.br*

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165, Jd. Leblon (65) 9956-2942

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921 Vila Planalto (67) 384-0144 *campogrande@pstu.org.br*

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE *bh@pstu.org.br*
CENTRO - Rua da Bahia, 504/ 603 - Centro (31) 3201-0736
BETIM - R. Inconfidência, sl 205 Centro
CONTAGEM - Rua França, 532/202 - Eldorado - (31) 3352-8724
JUIZ DE FORA juizdefora@pstu.org.br
UBERABA R. Tristão de Castro, 127 - (34) 3312-5629 *uberaba@pstu.org.br*

PARÁ

BELÉM *belem@pstu.org.br*
Tv. do Vileta, 2519 - (91) 3226-3377
ICOARACI - R. Pe. Júlio Maria, 403/1 (91) 227-8869 / 247-7058
CAMETÁ - Tv. Maxparijós, 1195, B. Novo
RONDON DO PARÁ - R. Ayrton Senna, 147 (94) 326-3004
SÃO FRANCISCO DO PARÁ - Rod. PA-320, s/nº (ao lado da Câmara) (91) 96172944

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - R. Almeida Barreto, 391, 1º andar - Centro (83) 241-2368 - *joaopessoa@pstu.org.br*

PARANÁ

CURITIBA - Rua Cândido Leão, 45 Sala 204 - Centro

PERNAMBUCO

RECIFE - Rua Leão Coroado, 20 - Boa Vista - (81) 3222-2549

PIAUÍ

TERESINA - Rua Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO *rio@pstu.org.br* (21) 2232-9458
LAPA - Rua da Lapa, 180 - sobreloja
DUQUE DE CAXIAS - Rua das Pedras, 66/01, Centro
NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633 / 308 - Centro *niteroi@pstu.org.br*
NOVA FRIBURGO - Rua Guarani, 62 - Cordueira (24) 2533-3522
NOVA IGUAÇU - Rua Barros Júnior, 546 - Centro *novaiguacu@pstu.org.br*
SÃO GONÇALO - Rua Ary Parreiras, 2411 sala 102 - Paraíso (próximo a FFP/UERJ)
SUL FLUMINENSE *sulfluminense@pstu.org.br*
BARRA MANSA - Rua Dr Abelardo de Oliveira, 244 Centro (24) 3322-0112
VALENÇA - Pça Visc.do Rio Preto, 362/402, Centro (24) 3352-2312
VOLTA REDONDA - Av. Paulo de Frontim, 128- sala 301 - Bairro Aterrado
NORTE FLUMINENSE *nortefluminense@pstu.org.br*

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL
CIDADE ALTA - R. Dr. Heitor Carrilho, 70 (84) 201-1558
ZONA NORTE - Rua Campo Maior, 16 Centro Comercial do Panatis II
CURRAIS NOVOS - Rua Candido Mendes, 150, Centro

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE *portoalegre@pstu.org.br*
CENTRO - R. General Portinho, 243 (51) 3024-3486 / 3024-3409
ALVORADA - Rua Jovelino de Souza, 233, Parada 46 (51) 9284-8807
BAGÉ - (53) 8402-6689 / 3241-7718
PASSO FUNDO - (54) 9993-7180
RIO GRANDE - (53) 9977-0097
SANTA MARIA - (55) 84061675 / 3223-3807, *santamaria@pstu.org.br*

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - Rua Nestor Passos, 104, Centro (48) 3225-6831 *floripa@pstu.org.br*
CRICIÚMA - Rua Pasqual Meller, 299, Bairro Universitário, (48) 9102-4696 agapstu@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO *saopaulo@pstu.org.br* *www.pstusp.org.br*
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento (11) 3313-5604
ZONA NORTE -Rua Rodolfo Bardela, 183 V. Brasilândia (11) 3925-8696
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18 (próximo à Pça. do Forró) - São Miguel
ZONA SUL Santo Amaro – Av. João Dias, 1.500 - piso superior
BAURU - Rua Antonio Alves nº6-62 - Centro - (14) 227-0215 *bauru@pstu.org.br*
CAMPINAS - R. Marechal Deodoro, 786 (19) 3235-2867 - *campinas@pstu.org.br*
FRANCO DA ROCHA - R. Coronel Domingos Ortiz, 423 - Centro *francodarocha@pstu.org.br*
GUARULHOS - *guarulhos@pstu.org.br*
Av. Esperança, 705 casa 2 Vila Progresso (11) 6441-0253
Av. João Veloso, 200 - Cumbica (11) 3436-8887
JACAREÍ - R. Luiz Simon,386 - Centro (12) 3953-6122
MOGI DAS CRUZES - Rua Engenheiro Gualberto, 53 - Centro - (11) 4796-8630
PRES. PRUDENTE - Rua Cristo Redentor, 101 sala 5 - Jardim Caiçara
RIBEIRÃO PRETO - Rua Monsenhor Siqueira, 614 - Campos Eliseos (16) 3637.7242 *ribeiraopreto@pstu.org.br*
SÃO BERNARDO DO CAMPO - R. Mal. Deodoro, 2261 - Centro (11) 4339.7186 *saobernardo@pstu.org.br*
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS *sjc@pstu.org.br*
CENTRO - Rua Sebastião Humel, 759 (12) 3941.2845
ZONA SUL - Rua Brumado, 169 - Vale do Sol
SOROCABA - Rua Prof. Maria de Almeida, 498 - Vl. Carvalho (15) 9129.7865 *sorocaba@pstu.org.br*
SUZANO *suzano@pstu.org.br*
TAUBATÉ - Rua D. Chiquinha de Mattos, 142/ sala 113 - Centro

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto / Francisco José da Fonseca, 1538-b Cjto. Orlando Dantas (79) 3251-3530 *aracaju@pstu.org.br*

EDITORIAL

CONLUTAS, PELA BASE

Uma onda de lutas, ainda limitada, mas importante, começa a existir no país. Operários, professores estaduais, funcionalismo federal, estudantes, movimento popular. Em cada cidade, uma ou várias categorias importantes se destacam nas lutas.

Junto com isto, começa a implementação do plano de lutas aprovado no Encontro Nacional contras as reformas do dia 25 de março. Isso inclui a unificação das lutas salariais, a mobilização contra a Super Receita e a Emenda 3 no dia 23 de abril, a realização de atos de primeiro de maio combativos, a semana de lutas de 21 a 25 de maio.

Os ativistas começam a enfrentar a multiplicidade de tarefas de cada uma das mobilizações de sua categoria ou das mobilizações gerais. Mas no meio de tudo isso, é necessário ter duas posturas centrais.

A primeira é a necessidade de ir para as bases. Esta é uma necessidade cotidiana, uma obrigação para preparar decentemente qualquer mobilização. Mais ainda neste momento, em que é necessário entender o que se passa na cabeça dos milhões de trabalhadores e estudantes. É preciso saber levar a mensagem simples ao conjunto dos trabalhadores: Lula não é o que parece. Ele não representa os nossos interesses, mas os da grande burguesia e de Bush. Vai tentar impor uma dura reforma da Previdência, para elevar a idade da aposentadoria para 65 anos.

Saber ouvir é uma virtude, que deve ser exercida em toda a plenitude agora. É preciso escutar o que dizem os trabalhadores e estudantes em relação a tudo isso. Pode ser que esteja começando uma mudança importante. As pesquisas de popularidade divulgadas recentemente indicam que o prestígio do governo Lula continua alto. Mas um dado deve preocupar o governo: a parte da população em que o prestígio de Lula mais caiu foi entre os mais pobres, subindo entre os mais ricos.

Assim, pode ser que, pela base e entre os setores mais explorados, esteja começando a se preparar lutas de maior envergadura contra o governo. Já dá para saber que existe uma fermentação política e um início de radicalização nas bases. Ouvir o que os trabalhadores têm a dizer, dialogar com suas experiências, deve ser qualitativo para estreitar nossa relação com os trabalhadores e estudantes. Os melhores ativistas surgirão destas conversas.

A segunda necessidade é a construção e a afirmação da Conlutas como uma alternativa de esquerda para essas bases. Essa pode ser a grande vitória do movimento sob os dois mandatos governo Lula: a construção de uma nova direção de massas.

Para isso, não basta lutar em cada categoria: é preciso que a Conlutas seja conhecida de todos. É fundamental levar este debate: CUT x Conlutas para a base de todas as categorias, tanto nas mobilizações salariais como no plano de lutas nacional.

Construir a Conlutas, e pela base. Esta á palavra de ordem do momento.

OPINIÃO – BETH LIMA, diretora do Sindsef-SP e da Condsef* pela oposição

Lula quer proibir greve no serviço público

Avançando na escalada de ataques contra os trabalhadores, o governo Lula se volta agora contra o direito de greve dos servidores públicos, um dos setores que mais combateram sua política neoliberal no último período. O governo, com o falso argumento de "regulamentar" o direito de greve, quer, na verdade, impedir as paralisações no setor público para poder impor sua política de desmonte sem qualquer tipo de resistência.

Desta forma, Lula e sua equipe estão elaborando o texto do projeto que pretendem enviar ao Congresso até maio. Os principais pontos são o desconto dos dias parados, a obrigatoriedade da manutenção de 30% dos serviços e a completa proibição de paralisação dos "serviços essenciais". No entanto, no setor público, todos os serviços podem ser considerados essenciais, caso contrário, não existiriam.

Como contrapartida, o governo Lula diz que aceita discutir a convenção 151 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que institui a negociação coletiva no serviço público. No entanto, isso de nada valerá se os servidores não puderem utilizar o único meio de pressão que têm às mãos, a greve.

Não é coincidência que o governo esteja tramando isso agora. A proibição de greves vem justamente no momento em que Lula quer aprovar o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), pacote que contém inúmeros ataques aos trabalhadores em geral, e especialmente aos servidores.

Um dos principais ataques é o PLP 01 (Projeto de Lei Complementar), que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal e limita os gastos do Orçamento com funcionalismo público. Na prática, a medida impõe o congelamento dos salários por um período de, no mínimo, 10 anos. Também vai dificultar a abertura de novos concursos públicos para a contratação de funcionários. Reportagem publicada pelo jornal Folha de S. Paulo do dia 15 de abril mostra que, no governo Lula, aumentaram os gastos com terceirizados em detrimento dos gastos com servidores concursados, mostrando que a política do governo é de terceirizar e privatizar.

No último período, com importantes mobilizações como a greve dos controladores de vôo e a paralisação dos policiais federais, a grande mídia e o governo reforçaram a campanha pelo fim do direito de greve. No entanto, tal medida não se refere apenas ao setor público. Ela não é nada menos que a antecipação de um dos principais pontos da reforma sindical e trabalhista.

* (Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de São Paulo e Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal).

SEM-TERRAS REALIZAM JORNADA DE LUTAS PELA REFORMA AGRÁRIA

SEM-TETOS de todo o país também fazem mobilizações na cidade

DIEGO CRUZ, da redação

Enquanto o governo Lula trama com Bush a transformação do Brasil em um imenso canavial para a produção de etanol, sem-terras realizam uma jornada de lutas pela reforma agrária. É a deflagração da tradicional onda de mobilizações realizadas pelo MST no mês de abril, além de diversos outros movimentos sociais do campo com o objetivo de reivindicar terra e o fim do latifúndio. A série de protestos e ocupações teve início na semana do dia 10 de abril e deve se estender por todo o mês.

A data rememora o massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no Pará dia 17 de abril de 1996. Na ocasião, 19 trabalhadores rurais sem-terra foram brutalmente assassinados pela polícia durante uma marcha na Rodovia PA-150. As ocupações, manifestações e bloqueios de estradas chamam a atenção para o caos em que caminha cada vez mais o campo no Brasil. De um lado, uma enorme concentração de terras nas mãos de poucas famílias e, de outro, um verdadeiro exército de trabalhadores sem-terras e sem trabalho.

Este ano, no entanto, uma outra face da desigualdade se tornou ainda mais explícita. Às manifestações dos sem-terras se uniram os trabalhadores sem moradia nas cidades. Desta forma, a Jornada de Luta pela reforma agrária coincidiu com as mobilizações dos sem-teto, que foram às ruas exigir moradia digna para todos e lutar contra o cruel déficit habitacional.

GOVERNO MENTE SOBRE REFORMA AGRÁRIA

Ao mesmo tempo em que Lula elege os latifundiários seus novos "heróis", o governo divulga informações falsas sobre a reforma agrária, turbinando dados e estatísticas sobre assentamentos. Maior prova dessa manobra ocorreu em uma nota amplamente divulgada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Incra no final de janeiro. O governo afirmou ter assentado 381.419 famílias entre 2003 e 2006, atingindo, segundo a nota, o "*melhor desempenho do Incra em seus 36 anos de atuação*".

Da forma como foi divulgado, o governo tentou confundir a opinião pública, dando a entender que cumpria as metas definidas no II PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária), elaborado durante seu primeiro mandato. Porém, o professor de Geografia Agrária pela USP, Ariovaldo Umbelino Oliveira, contesta esses dados. Para o geógrafo, o governo superfaturou os números, garantindo no período o assentamento de apenas 79 mil famílias, segundo os critérios definidos no PNRA, ou seja, desapropriações, compra ou a utilização de terras griladas.

Além disso, o governo Lula se recusa a atualizar os índices de produtividade da terra. Tal índice é o que determina se uma propriedade é produtiva ou não. O atual critério utilizado é o mesmo definido pelo IBGE em 1975, uma defasagem de mais de 30 anos. No artigo "*Me engana que eu gosto*", o professor Ariovaldo exemplifica: "*No estado de São Paulo basta-se produzir 1.900 kg/hectare de milho para que a propriedade seja considerada produtiva. Entretanto, a produtividade média do milho neste estado na safra de 2005/6, foi de 4.150 kg/hectare*".

Lula se comprometeu com os movimentos sociais em 2003 a revisar esse índice, no entanto, até agora nada foi feito. Ao todo, pelo atual critério, o Brasil possui 54 mil grandes propriedades rurais improdutivas, ocupando nada menos que 120 milhões de hectares utilizado na especulação. O descaso apenas prova mais uma vez o comprometimento do governo Lula com o agronegócio.

DINHEIRO DO FAT PARA FAZENDEIROS

Prova maior da política de privilégios aos fazendeiros foi a tentativa do governo de editar uma Medida Provisória em que parte dos recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) seria desviada para refinanciar as dívidas dos produtores rurais com seus credores. Ou seja, o governo quer tirar dinheiro dos trabalhadores para pagar as dívidas dos fazendeiros.

Tal desvio serviria para pagar as dívidas contraídas pelos latifundiários desde a safra de 2004 e 2005, cujo valor total é estimado hoje em R$ 4 bilhões. O governo, com os recursos dos trabalhadores, criaria um fundo para dar conta de R$ 2,2 bilhões desse montante. Devido à má repercussão do projeto, o governo foi obrigado a adiar a edição da MP, mas ainda não desistiu da medida.

LATIFÚNDIOS URBANOS

As mobilizações não se restringiram ao campo e incendiaram as cidades, expondo a calamidade em que sobrevivem milhões. Diversas organizações de sem-teto realizaram ocupações e manifestações em todo o país exigindo mais verbas para moradia. "*O objetivo das mobilizações é pressionar os três níveis de governo, municipal, estadual e nacional, para que se aumente e aplique recursos para habitação para as pessoas de baixa renda*", afirmou Maria das Graças Xavier, coordenadora da UNMP (União Nacional por Moradia Popular) ao Opinião Socialista. A entidade reúne cerca de 150 movimentos por moradia em 17 estados.

Além do aumento dos investimentos em habitação, o movimento exige a criação, no âmbito federal, do Conselho Nacional de Moradia. Para que os recursos destinados à área não fiquem emperrados nos estados ou municípios, o movimento reivindica que os investimentos sejam repassados diretamente às organizações do movimento popular. "*No estado de São Paulo, por exemplo, há 31 mutirões de moradia paralisados desde o governo Covas*", denuncia Maria das Graças.

O movimento dos sem-teto exige a retomada dos mutirões e também a assinatura de novos convênios e a suspensão imediata de todos os despejos, além da urbanização das favelas e regularização das ocupações.

SITUAÇÃO EXPLOSIVA

Se a falta de reforma agrária cria uma situação preocupante no campo, nas cidades o déficit habitacional chega a ser explosivo. De acordo com a UNMP, seria necessária a construção de 10 milhões de moradias para suprir toda a demanda, tanto de pessoas sem nenhum tipo de casa quanto das que vivem precariamente em favelas ou ocupações. Só no estado de São Paulo, seriam necessárias 600 mil moradias. Cerca de 80% desse déficit se concentra nas famílias com renda mensal de até três salários mínimos.

ELZA FIUZA/AG BRASIL

Romper com o governo para lutar por reforma agrária

O MST é hoje um dos mais importantes movimentos sociais no país. No último período, o movimento foi obrigado a aprofundar suas críticas ao governo Lula, que se recusa a implementar uma verdadeira reforma agrária. Porém, contraditoriamente, o MST ainda não rompeu com o governo, limitando-se apenas a criticá-lo. Infelizmente, o movimento continua atrelado ao Planalto.

Lula, porém, já demonstrou de que lado está. Está ao lado dos seus "heróis" fazendeiros, ao lado de Bush na transformação do Brasil num imenso canavial, ao lado da Monsanto e os transgênicos. Para mover uma luta conseqüente por reforma agrária, é necessário que o movimento rompa com esse governo neoliberal e se alie aos trabalhadores da cidade, impulsionando uma forte mobilização que enfrente a política pró-imperialista de Lula.

DIEGO CRUZ

MST no ato do 8 de março em São Paulo

O DIREITO DA MULHER SOBRE O SEU PRÓPRIO CORPO

A DISCUSSÃO SOBRE O ABORTO, se intensificou nas últimas semanas. Grupos pró e contra começam a debater este tema polêmico que, para milhares de mulheres, pode significar vida ou morte.

ANA MINUTTI e CAROL RODRIGUES, *da Secretaria Nacional de Mulheres do PSTU*

Estima-se que aproximadamente um milhão de abortos clandestinos são feitos por ano no Brasil. Cerca de 150 mil mulheres morrem ou ficam com seqüelas devido às condições precárias a que submetem ao praticar o aborto.

Em 2006, segundo o Ministério da Saúde, o Sistema Único de Saúde (SUS) realizou 2 mil abortos legais e 220 mil curetagens pós-aborto, provavelmente decorrentes de intervenções realizadas em condições inseguras.

O reacionário Código Penal Brasileiro de 1940 criminaliza todo o tipo de aborto, à exceção de casos em que a gravidez põe em risco a vida da mulher ou quando é resultado de estupro.

Atualmente, no Senado, existem apenas três matérias tramitando sobre o assunto, e todas abordam a permissão do aborto no caso de fetos que se desenvolvem sem cérebro ou com doença grave que o leve à morte ainda no útero.

Na Câmara, 19 propostas tratam diretamente do assunto. Sete delas são contra o aborto e pedem a revogação dos direitos já garantidos ou a tipificação do aborto como crime hediondo. Nove projetos são favoráveis ao aborto em casos específicos e apenas uma proposta pede a descriminalização total do aborto (PL 1.135/91). O projeto está na Comissão de Seguridade Social e Família desde 1992. No substitutivo proposto pela relatora Jandira Feghali (PCdoB-RJ), a gravidez poderá ser interrompida com até 12 semanas de gestação; 20 semanas, quando resultante de estupro e no caso de malformação do feto incompatível com a vida. O substitutivo estabelece ainda que, além do SUS, os planos privados de saúde também deverão cobrir procedimentos de interrupção da gravidez.

Com o apoio do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, no dia 21 de março, foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado o projeto de decreto legislativo, do senador Edson Camata (PMDB-ES), que convoca plebiscito para seis temas polêmicos. Entre eles, está a legalização do aborto. Temporão, no entanto, enfrentando logo de início a ofensiva dos setores contrários ao aborto, recuou e disse que somente estava sugerindo que esse tema fosse discutido.

CONTRA O ABORTO, EM DEFESA DA VIDA?

Em fevereiro passado, os portugueses aprovaram em referendo uma mudança na lei do país para legalizar o aborto com até dez semanas de gestação. Em resposta a essa conquista, o Papa Bento 16 convocou cristãos e laicos a se oporem ao que ele chamava de "múltiplos ataques contra o direito à vida", tais como o aborto e a eutanásia. "*Os ataques contra o direito à vida no mundo inteiro*", dizia Bento 16, "*se ampliaram e se multiplicaram, tomando novas formas*".

Pouco depois, grupos reacionários ligados à Igreja católica e suas derivadas, autoproclamados "*em defesa da vida*", espalharam outdoors por toda a cidade de São Paulo, chamando um ato para o dia 24 de março contra uma suposta lei que permitiria o aborto até o nono mês. O ato reuniu cerca de 1500 pessoas.

Quando esses setores dizem defender a vida, desprezam completamente as milhares de mortes das mulheres trabalhadoras que ocorrem todos os anos, pois o aborto já é "legal" para as mulheres ricas que o fazem em condições seguras, pagando até R$ 5 mil. Para as trabalhadoras e pobres restam a morte, a prisão e as seqüelas.

Esse desprezo pelas mulheres é ainda mais claro quando partimos da imensidão de mulheres pobres e doentes que, na sociedade capitalista, são destruídas econômica e fisicamente por engravidarem demais.

Ao defender o direito à vida, é necessário assegurar todas as condições para que as mulheres que optarem por ter um filho possam exercer a maternidade: assistência médica gratuita, creche, escola, trabalho com salário digno, etc. Sem isso, a defesa da vida contra o direito das mulheres decidirem sobre ter ou não ter filhos é hipócrita.

Apesar da voz oficial da Igreja Católica igualar o aborto ao assassinato, não existe unanimidade dentro da hierarquia da Igreja. Existem grupos organizados a favor da legalização e descriminalização, como as "*Católicas pelo direito de decidir*".

OPINIÃO PÚBLICA

No dia 8 de abril, foram publicados os dados da última pesquisa Datafolha acerca da opinião da população sobre mudanças na legislação que autoriza o aborto no Brasil. O resultado divulgado mostra que 65% dos entrevistados defendem a manutenção da lei atual, sem ampliação da autorização para outras situações de gravidez, 16% que seja permitido em mais situações e 10% que deixe de ser crime em qualquer caso.

Já, em outra pesquisa feita em março entre os leitores do Correio do Brasil, o aborto é considerado "um assassinato" para 42,86% dos 616 votantes, que se declararam "radicalmente contra o aborto". Outros 12,73% do universo pesquisado, que engloba 3.565 municípios brasileiros, com destaques para o Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, também são contra a interrupção voluntária da gravidez, mas admitem o aborto consentido se houver lei específica para isso, aprovada no Congresso e sancionada pelo presidente Lula. Ao todo, 55,36% dos votos foram contrários à medida.

Tais pesquisas e reportagens mostram a necessidade de abrir esta discussão considerada tabu e que favorece as clínicas que ganham milhões às custas da clandestinidade.

Também traz à tona a falta de políticas concretas do governo Lula que, no seu segundo mandato, não atende às necessidades das mulheres. Elas continuam morrendo ou sofrendo seqüelas por abortos mal feitos, suportando filas nas redes de saúde pública, esperando meses para um exame que pode diagnosticar um câncer de colo de útero ou mama e sem acesso aos métodos contraceptivos.

Enquanto isso, o governo e organizações feministas que o apóiam se limitam a realizar conferências como uma forma de ampliar sua base política e paralisar o movimento com promessas de migalhas que nunca se realizam.

O Ministro Temporão aponta a necessidade de se ampliar o debate sobre o aborto. Concordamos. Mas enfatizamos que é impossível abrir a discussão sobre esse tema se não discutirmos sobre o governo Lula. Em primeiro lugar se, de fato, seria garantido de forma democrática o espaço para se colocarem as posições. Afinal, já percebemos uma verdadeira campanha ideológica contra o aborto bem estruturada e financiada (inclusive pelo imperialismo). Em segundo lugar, teríamos a garantia da legalização do aborto caso ele fosse aprovado em plebiscito? Como podemos falar do aborto ser realizado nos hospitais públicos se sabemos que a saúde é sucateada e recebe cada vez menos verbas?

A criminalização do aborto tem como vítimas as mulheres trabalhadoras e pobres, que são parte do setor que mais sofre com a retirada de direitos e os ataques através das reformas do governo Lula. Não temos qualquer confiança nesse governo e sabemos que só conquistaremos a legalização do aborto se os trabalhadores assumirem essa luta como parte do seu programa.

Mobilizar contra ou a favor do governo Lula?

DIRCEU TRAVESSO, de São Paulo

Existe uma possibilidade de que os movimentos sociais se enfrentem com o governo Lula neste segundo mandato, em um nível qualitativamente superior ao primeiro. Por seus compromissos com Bush e as grandes multinacionais, Lula sabe que vai ter que atacar os direitos dos trabalhadores, com reformas neoliberais mais duras (como a previdenciária e a trabalhista e sindical). Apesar da popularidade atual, Lula sabe que ela pode acabar caso exista um confronto com os trabalhadores. As grandes convulsões ocorridas na América Latina justificam este temor.

Um dos segredos que explicam o controle que o governo mantém até agora sobre os trabalhadores e estudantes foi o apoio da CUT, da UNE e do MST no primeiro mandato. Mas isso custou o desgaste destas forças no movimento. O surgimento da Conlutas e o Encontro Contra as Reformas Neoliberais no dia 25 de março acenderam um sinal de alerta no governo. Está claramente colocada a possibilidade de um plano nacional de lutas de massas, dirigido por fora das entidades chapas-brancas. A unificação das mobilizações sindicais atuais, os atos combativos no 1° de Maio, a semana de mobilizações de 21 a 25 de maio e a mobilização contra a reforma da Previdência no segundo semestre em Brasília, podem construir uma mobilização de massas e uma alternativa de direção de esquerda contra o governo.

Mais ainda, a força do movimento foi tanta que atingiu o MST, que é parte da base de apoio ao governo. O movimento enviou representantes ao encontro do dia 25.

Existe agora uma contra-ofensiva do governo para tentar retomar as rédeas do movimento. Ela se dá por duas vias principais. A primeira é a tentativa de fazer mobilizações que, apesar de disfarçadas, são a favor do governo. A segunda é uma pressão clara sobre a direção do MST para que não rompa com Lula.

A 'mobilização' chapa-branca

A manobra pensada pelo governo, e encaminhada pela CUT e o PCdoB, é a defesa do veto de Lula à emenda 3 do projeto da Super Receita. A Super Receita é um projeto reacionário, a serviço das reformas neoliberais de Lula e Bush. Ela funde a fiscalização da Receita Federal e a da Previdência e desloca a cobrança e a administração da contribuição previdenciária para o Ministério da Fazenda. Os recursos, que deveriam sustentar a aposentadoria dos trabalhadores, passam a ser controlados diretamente pela Fazenda, cujo objetivo central é o pagamento das dívidas aos banqueiros. Ou seja, vai se generalizar o desvio do dinheiro da aposentadoria, como já acontece com os recursos da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). É este desvio que gera o famoso "*déficit da Previdência*", que não existe. Com a Super Receita, isto vai se ampliar.

Além disso, vai aumentar o campo da Desvinculação das Receitas da União (DRU), mecanismo que permite ao governo deixar parte do orçamento nacional sem um destino definido. Assim, o governo pode aumentar sem controle a parcela a ser paga aos banqueiros pelas dívidas interna e externa.

Na votação da Super Receita no Congresso, a oposição burguesa introduziu a famosa emenda 3, que piora ainda mais o projeto. A emenda impede os fiscais de multarem os patrões que burlam direitos trabalhistas, se disfarçando de "*empresas de uma pessoa só*" – a chamada pessoa jurídica.

A partir daí se armou uma grande jogada política. Lula vetou somente a emenda 3 e acertou com a CUT uma "mobilização" em defesa de seu veto. Na verdade, por ter maioria parlamentar, Lula reúne todas as condições de bancar o veto. Além disso, está negociando um acordo com a oposição burguesa para um novo texto em comum. A emenda 3 vai funcionar como a história do bode na sala: ao ser retirada, permitirá o apoio ao reacionário projeto da Super Receita, como uma "*vitória do movimento*".

A "mobilização" da CUT serve para que a entidade possa mover suas bases em apoio ao governo (e seu veto à emenda 3). Ao lado de outros setores pelegos, a CUT convocou mobilizações no dia 10 de abril e está prometendo uma outra maior para o dia 23. Assim, estes setores estão buscando competir com as mobilizações contrárias ao governo, que são parte do plano de lutas definido pelo encontro do dia 25.

LUTAR CONTRA TODA POLÍTICA NEOLIBERAL DO GOVERNO

REUNIÃO DA CONLUTAS define jornada de lutas contra emenda 3, a Super Receita e a reforma da Previdência

DA REDAÇÃO,

A reunião nacional da Coordenação Nacional de Lutas, realizada nos dias 14 e 15, reafirmou o calendário de lutas aprovado pelo encontro do dia 25 de março. Além disso, a Conlutas definiu como ação urgente a luta contra a emenda 3 e o projeto da Super Receita, participando das mobilizações do dia 23 de abril, convocadas pela CUT e Força Sindical, mas com bandeiras diferentes.

Ao contrário dessas centrais, a Conlutas não apóia este governo. Mobiliza-se não apenas contra a emenda, mas também contra todos os ataques de Lula, como a própria Super Receita e a reforma da Previdência. "*A nossa luta contra a emenda 3 não tem o mesmo conteúdo das mobilizações que eles estarão fazendo. Nossa luta é também contra os demais ataques aos nossos direitos, que são realizados pelo Congresso e também pelo governo Lula*", afirma nota divulgada pela Coordenação.

O texto ainda denuncia a manobra do governo de negociar com os partidos burgueses uma alternativa à emenda 3 que flexibilize os direitos trabalhistas, e reafirma: "*As bandeiras que levantaremos neste dia 23 de abril, portanto, vão além do pedido de manutenção do veto. Não queremos a emenda 3, mas também não queremos nenhum projeto de lei que venha substituí-la flexibilizando direitos da mesma forma.*"

Calendário é reafirmado

A reunião reafirmou o plano de mobilizações aprovado no Encontro Nacional, destacando a importância do fortalecimento da unidade na luta contra as reformas do governo. O calendário inclui a realização de grandes manifestações classistas no dia 1° de Maio em todo o país. O eixo das mobilizações é a luta contra as reformas neoliberais. Os protestos devem reunir todos os setores que se colocam contra os ataques do governo.

Além disso, outra data importante na luta contra as reformas é a semana entre os dias 21 e 25 de maio. O período deve concentrar uma série de mobilizações, como atos, bloqueios de estrada e paralisações nos estados, reunindo forças para uma grande manifestação em Brasília no início do segundo semestre.

A POLÊMICA COM JOSÉ DIRCEU

DIRCEU TRAVESSO, de São Paulo

A outra face da contra-ofensiva dos governistas são os ataques diretos contra o encontro do dia 25 de março, em particular contra a presença, ainda que como observadores, do MST e da Corrente Sindical Classista (PCdoB).

Em seu blog, José Dirceu (que atua como um ministro sem pasta) afirmou sobre o encontro: "*Seus organizadores não propuseram nenhuma pauta positiva, apenas uma plataforma contra as reformas trabalhista, previdenciária, sindical e universitária. Quanto às duas primeiras, lutam contra fantasmas criados em sua própria cabeça. Não há qualquer projeto do governo, público ou reservado, que altere as relações trabalhistas ou os direitos previdenciários*".

> **LULA É O PRINCIPAL ponto de apoio na América Latina do mais importante representante das oligarquias de todo o mundo: George W. Bush.**

Depois criticou a presença do MST e da CSC: "*O segundo fato que despertou interesse foi a presença do MST e da Corrente Sindical Classista na reunião (...), ao lado da Conlutas, do PSOL e do PSTU. Muito preocupante. O que significa esse comparecimento? Esses setores estão caminhando para romper o bloco democrático-popular forjado nos últimos vinte anos? Vão se juntar aos grupos que identificam no governo Lula e no PT os principais inimigos a serem combatidos?*".

Mentira que repetem a prática do governo

Zé Dirceu utiliza o método do engano, característica do conjunto deste governo, ao negar que exista um projeto de reforma previdenciária. Duas horas antes de negar em seu blog a existência dessas reformas, uma outra nota postada por ele mesmo tinha o título "*Volta o debate sobre a Previdência*". Nela, o ex-ministro informa que "*muitas propostas querem aumentar a idade para se aposentar por tempo de contribuição, outras transformar o sistema em privado e de capitalização individual, a exemplo do modelo chileno*".

Ou seja, José Dirceu mente conscientemente quando, ao atacar o encontro, nega que exista "*qualquer projeto que altere direitos previdenciários*". É tão acostumado ao hábito da mentira, que é capaz de contradizer uma informação dada por ele mesmo.

O ex-ministro repete a mesma prática do governo Lula. Este governo fez uma reforma da Previdência logo no início de seu mandato, mentindo para os trabalhadores das empresas privadas ao dizer que era necessário combater os "privilégios" dos funcionários públicos. Agora quer fazer uma segunda reforma, com o apoio da Rede Globo, dizendo que o Brasil é o país com a aposentadoria mais liberal do planeta e que é necessário combater os "excessos".

Contra quem vamos lutar?

José Dirceu afirma que é preocupante a presença do MST e da CSC no encontro. Diz ele: "*Tenho pleno acordo de que é necessário intensificar a pressão social, como um dos vetores fundamentais para disputar os rumos do governo*". Ou seja, só é possível mobilizar para "empurrar o governo para a esquerda", porque quem rompe com Lula está "*fazendo o jogo da direita*".

Esta postura é típica do stalinismo: é preciso que o movimento social se discipline a um governo burguês, porque se não o fizer estará "*se aliando com as oligarquias*". Zé Dirceu chega a comparar essas mobilizações com situações que antecederam os golpes militares contra João Goulart (1964), Salvador Allende (1973) e Hugo Chávez (2002). O stalinismo sempre se opôs violentamente à existência de uma oposição de esquerda a esses governos burgueses. A tragédia é que, quando não existe uma oposição de esquerda construída nas massas, a derrota destes governos termina sendo uma derrota também dos trabalhadores.

O ex-ministro, para justificar essa tese, é obrigado a inventar um "*choque entre o governo e as oligarquias*". Trata-se de mais uma mentira. Lula é o principal ponto de apoio na América Latina do mais importante representante das oligarquias de todo o mundo, George W. Bush. O presidente chamou os mais tradicionais representantes das oligarquias, os latifundiários usineiros, de "heróis". Os banqueiros comemoram lucros históricos com o governo do PT. Por isso, não existe nenhuma ameaça de golpe contra Lula. Ao contrário, o imperialismo e a grande burguesia apóiam o governo, e a oposição de direita está dividida e enfraquecida.

O choque real que existe no Brasil é entre Lula e as oligarquias de um lado, e de outro os trabalhadores. A grande preocupação de Zé Dirceu e outros governistas é que começa a surgir uma alternativa pela esquerda para as lutas, com a Conlutas e o encontro do dia 25.

A resposta do PCdoB

O PCdoB foi obrigado a responder às críticas de Zé Dirceu. Altamiro Borges, da direção deste partido, defendeu a participação da CSC no encontro, pela participação de seis mil lutadores sociais, apesar do "sectarismo" e do "voluntarismo esquerdista" de correntes como o PSTU. O dirigente critica José Dirceu por não reconhecer a proposta do governo da reforma previdenciária e defende o encontro.

Mas o PCdoB afirma a mesma estratégia de Zé Dirceu de "apoio crítico a Lula". A grande diferença é que, segundo o próprio Altamiro, "*os movimentos sociais já perceberam que a disputa de rumos do governo, como propõe o ex-ministro, não se fará apenas nos corredores do Palácio do Planalto*".

O PCdoB é parte do governo, com o Ministério dos Esportes, e dirige a UNE governista. Por isso não se propõe a romper com Lula, mas apenas ser mais "crítico" para evitar que os "sectários" dirijam essas lutas. Por isso, é um dos grandes defensores da mobilização chapa-branca em defesa do veto à emenda 3.

O DILEMA DO MST

O governo está muito incomodado com a presença do MST no encontro do dia 25. Este movimento conseguiu uma grande autoridade pelas ocupações de terra em todo o país. Mas vive uma crise por seu apoio a Lula, um governo comprometido com o agronegócio, não com a reforma agrária.

Existe uma pressão na base deste movimento pela ruptura com o governo. A direção do MST busca contornar essa pressão, adotando um discurso de maiores críticas ao governo, na esperança de que Lula vá mais à esquerda, porém sem ruptura.

Mas nem isso o governo e Zé Dirceu estão dispostos a permitir. Para colocar o MST na parede, além da pressão política, existe o aparato do Estado. O governo repassou para o MST, segundo a Folha de S. Paulo, R$ 39 milhões em seu primeiro mandato. Assim, quer comprar o apoio do movimento para não fazer a reforma agrária.

O MST está perante uma dupla pressão: do movimento querendo enfrentar o governo e do próprio governo com seus 39 milhões.

Nós chamamos o MST a romper com Lula e se integrar com todas as forças às mobilizações contra as reformas neoliberais e pela reforma agrária.

AUMENTAM DISPUTAS ENTRE PETROLEIROS

AMÉRICO GOMES, *da direção nacional do PSTU*

Nos últimos meses, vem subindo a temperatura na categoria dos petroleiros. Já há uma divisão concreta na categoria com o racha no último congresso da Federação Única dos Petroleiros (FUP), que fundou a Frente Nacional dos Petroleiros (FNP). Desde sua fundação, ocorreram duas eleições sindicais que mostraram o grau desta disputa.

A primeira delas foi a eleição do Sindicato dos Petroleiros de São José dos Campos (SP), em que a chapa da FNP ganhou com 70% dos votos. E a segunda foi a eleição dos sindicatos dos petroleiros de Caxias (RJ), em que a chapa da FUP/CUT ganhou a eleição com 42% dos votos, a chapa da FNP, que defendia a desfiliação da CUT, obteve 39% e os divisionistas da chapa 3, Sindicato pela Base, tiveram os 3% dos votos que deram a vitória aos governistas.

Apesar dos resultados diferentes, ambas eleições demonstram o mesmo fenômeno: está se construindo uma direção alternativa à atual direção da FUP/CUT.

Em São José, onde a Conlutas está se consolidando com força e onde os trabalhadores conheciam o trabalho dos companheiros da FNP, os governistas da FUP/CUT obtiveram menos de 30% dos votos.

Em Caxias também estava colocada a vitória da chapa da FNP, que neste caso também defendia a ruptura com a CUT. No entanto, a ação de divisionistas, que montaram uma chapa para dividir a oposição, deu a vitória, apertada e com menos de 50%, à chapa da FUP/CUT.

Uma nova direção está se construindo a partir da base dos petroleiros e esta direção, que ainda é minoritária na categoria, é a que tem a melhor e maior dinâmica.

No caminho para a construção da FNP como uma alternativa de direção, esta organização deve assumir em sua próxima reunião o calendário adotado no Encontro do 25 de março contra as reformas neoliberais e participar das manifestações de 17 de abril, 1° de Maio e da semana de lutas de 21 de maio.

Agora, a FNP tem pela frente a preparação de seu primeiro Congresso, que deve votar a pauta da Campanha Salarial deste ano e as bases e regimento para a fundação de uma entidade alternativa para a categoria.

E, além disso, a disputa pela direção se dará também nas eleições, este ano, dos sindicatos de Manaus, Ceará e Amazonas, Pará, Amapá e Maranhão; e no primeiro semestre do ano que vem, do Rio de Janeiro, Norte Fluminense, Bahia e Alagoas e Sergipe.

Em cada um desses conflitos e disputas haverá um forte tensionamento da categoria que exigirá muito esforço de seus dirigentes. Mas a construção de uma direção anti-governista para o setor é fundamental para desbloquear as lutas e unificar com outros setores que também estão se mobilizando.

Pelegos querem dividir sindicato

O Sindicato dos Petroleiros de Alagoas e Sergipe sofreu mais um ataque. Depois de dezenas de punições na base por causa de paralisações, agora o sindicato sofre tentativas de divisão da categoria, com a fundação de outro sindicato.

A Força Sindical, em conluio com a CUT e a FUP, chamou uma assembléia no dia 10 de abril para fundar um sindicato dos trabalhadores petroleiros das empresas privadas, tentando, além de dividir o sindicato, atacar mais direitos dos trabalhadores desta categoria.

Mas a fraude foi desmascarada. No dia da assembléia, 25 trabalhadores da base dos petroleiros foram até o local da assembléia para impedir a farsa e conversar com eventuais trabalhadores que comparecessem a este "teatro", No entanto, no local não havia nenhum trabalhador, apenas um diretor da Força Sindical.

Agora é preciso denunciar na base este tipo de manobra que os patrões tentam fazer com a direção da empresa, assim como intensificar o trabalho de base.

METALÚRGICOS

DEPUTADOS PARTICIPAM DE ATO CONTRA DEMISSÕES DE DIRETORES SINDICAIS

EMANNUEL DE OLIVEIRA, *de São Bernardo do Campo (SP)*

Quando fechávamos essa matéria, já fazia 30 dias que o metalúrgico e dirigente sindical Rogério Romancini (maquinista) e o também diretor Luiz Carlos da Silva, o Biro-Biro, se mantinham acampados na portaria da Volkswagen, no ABC, em protesto contra suas demissões.

No terceiro ato realizado, compareceram os deputados federais Ivan Valente e Luciana Genro (PSOL), além de várias entidades sindicais, entre elas, diretores do sindicato dos servidores públicos de Maringá (PR), dirigentes do Sindsef-SP (Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado de São Paulo), Apeoesp e entidade estudantis.

O ato, como de costume, foi realizado na saída do turno da manhã. A deputada Luciana Genro falou aos trabalhadores, que compareceram em grande número. "*Venho do Rio Grande do Sul para protestar contra as demissões*". No seu discurso, fez duras críticas à direção do sindicato por não comparecer ao ato. Além disso, falou contra as reformas sindical e trabalhista e previdenciária que o governo quer fazer. A deputada disse ainda que a melhor forma de lutar contra a Emenda 3 é lutar contra as demissões.

Já o deputado Ivan Valente fez um discurso contra a Volkswagen e disse que, no ano passado, obrigou a direção da Volks a prestar esclarecimentos sobre as demissões no Congresso e lamentou na ocasião a não-participação da direção do sindicato. A presença dos deputados mostra que a campanha feita pela oposição vem ganhando força.

A grande ausência, mais uma vez, foi da direção do sindicato, que, em reunião com membros da oposição, disse que iria se incorporar à campanha, mas até agora nada fez. Por mais absurdo que pareça, até agora nenhuma linha no jornal do sindicato foi dedicada às demissões.

ATO EM RESENDE

No dia 13 de abril, foi realizado um ato na Volks de Resende (RJ), com dirigentes sindicais da região. A ação foi uma iniciativa da Conlutas-RJ. Durante o ato houve uma agitação sobre a campanha salarial dos operários. O próximo passo da campanha é preparar uma serie de atos em frente à concessionárias.

CAMPANHA INTERNACIONAL

A campanha internacional segue se ampliando. Em maio, acontecerá uma reunião em Stuttgart na Alemanha do setor automotivo com dirigentes sindicais de vários países da Europa e América. Na pauta serão debatidas as demissões dos diretores do ABC. Eles participarão desta reunião a convite dos trabalhadores da Volks de Hanover (segunda maior fábrica da empresa), no mesmo país.

EDUARDO HENRIQUE

Participantes no ato em Resende (RJ)

FUNCIONALISMO FEDERAL VAI À LUTA!

GOVERNO NÃO ATENDE reivindicações da categoria e servidores realizam o primeiro protesto do ano

***PAULO BARELA**, da direção nacional do PSTU e da Executiva Nacional do ASSIBGE-SN*

Como parte das mobilizações da Campanha Salarial, o funcionalismo federal realizou nesse dia 17 de abril um Dia Nacional de Lutas, com paralisações, atos públicos e passeatas em todo o país. A mobilização busca a unidade com os trabalhadores rurais sem-terra, que neste mês realizam uma jornada de luta pela reforma agrária.

Em reunião com as entidades dos servidores no dia 30 de março, o Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça, foi enfático: "*O governo não vai apreciar nenhuma pauta de reivindicação do funcionalismo neste momento!*". Na verdade, o governo propõe discutir o direito à negociação coletiva no serviço público, desde que combinado com a regulamentação do direito de greve. Leia-se, proibição de greve. A estratégia, evidentemente, é evitar uma reação às medidas adotadas no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que atingem em cheio os servidores.

CUT E GOVERNISTAS TENTAM DIVIDIR

Lamentavelmente, o governo conta com parte importante das direções. Capitaneadas pela CUT, essas direções pressionam a CNESF (Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais) para um embate limitado ao PAC, restringindo a luta apenas aos elementos que atingem a categoria e propondo emendas, como se fosse possível alguma alteração que beneficie os servidores. Ao mesmo tempo, a direção da CUT e as entidades cutistas do funcionalismo reúnem-se com o governo, à revelia da CNESF, e aprofundam ainda mais a divisão nas entidades.

ATIVIDADES POR TODO O PAÍS

Como embrião do processo de mobilização, esse dia nacional de lutas se coloca como um marco na retomada da luta do funcionalismo, preparando o terreno para novas ações nos embates contra os ataques e pelo atendimento às reivindicações da categoria. Por todo o país foram realizadas atividades combinadas com os demais setores da classe que também estão mobilizados. A unidade de entre o funcionalismo federal e demais trabalhadores, no marco das deliberações do Encontro Nacional de 25 de março, pode ser decisiva para derrotar o governo.

A CNESF está convocando agora a realização de plenárias setoriais e uma unificada, no período de 4 a 6 de maio, a fim de avaliar o dia 17 e estudar a possibilidade de deflagração de greve geral no setor. A Conlutas, através de seus sindicatos e entidades filiadas, está se esforçando para garantir uma presença massiva nessas plenárias em Brasília. É preciso lutar para a construção da unidade com base em eixos que enfrentem o governo, sem nenhuma trégua ou rebaixamento das reivindicações.

SINTRASEF-RJ SE DESFILIA DA CUT

***YARA FERNANDES**, de Cachoeiras de Macacu (RJ)*

O maior sindicato da base da Condsef está fora da CUT. Nos dias 13, 14 e 15 de abril, os servidores presentes ao 9º Congresso do Sintrasef (Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Rio de Janeiro) desfiliaram seu sindicato da CUT. O congresso ocorreu em Cachoeiras de Macacu (RJ), com 263 delegados.

Foram 127 votos pela ruptura imediata com a central chapa-branca e 117 votos para que fosse feita uma consulta direta à base sobre ruptura. Não houve quem defendesse a CUT. Mesmo o secretário geral da Condsef e dirigente do Sintrasef, Josemilton Maurício da Costa, se limitou a fazer o debate sobre a legitimidade do congresso para deliberar sobre o assunto, ainda que na Confederação este dirigente sempre tenha defendido a CUT.

*"*Este congresso tem uma tarefa histórica que é dizer que aqueles pelegos que estão lá em Brasília não falam em nosso nome!*", afirmou Patrick Galba, servidor do INPI que assina a tese "Luta servidor, muda Sintrasef!" e militante do **PSTU**, ao defender a proposta na plenária.*

A aprovação foi uma grande vitória da categoria, passando por cima da vontade da maioria das direções do Sintrasef e da Condsef. Este é o maior sindicato da base da Condsef e também um dos maiores sindicatos do Rio, tendo cerca de 25 mil servidores filiados.

O Congresso também aprovou abrir um debate na base da categoria sobre a alternativa à CUT, com a realização de um plebiscito em 2008 para decidir sobre isso. Foi aprovado um plano de lutas, que inclui o calendário indicado pelo Encontro Nacional do dia 25 de março, bem como o posicionamento de oposição de esquerda ao governo Lula.

YARA FERNANDES

Votação da desfiliação

ELETRICITÁRIOS

LIGHT DEMITE TRABALHADORES E PERSEGUE DIRIGENTES SINDICAIS

É NECESSÁRIA uma ampla campanha contra as demissões e pela readmissão dos companheiros!

Trabalhadores da Light na ocupação

***DA REDAÇÃO**,*

A empresa de distribuição de energia Light, do Rio de Janeiro, unidade de Triagem, anunciou no dia 11 de abril a demissão de 44 trabalhadores do almoxarifado central. O setor é responsável pelo fornecimento de equipamentos para empreiteiras e pela manutenção do sistema de distribuição.

Como conseqüência, 80 trabalhadores ocuparam a unidade, retendo todo o material utilizado na manutenção. Os trabalhadores exigiam a manutenção do setor com todos os seus funcionários, além da incorporação de todos os terceirizados ao quadro da empresa.

Na noite de 12 de abril, a empresa conseguiu um mandado de reintegração de posse e os trabalhadores foram expulsos da ocupação debaixo dos fuzis da polícia do Rio de Janeiro. No dia seguinte, os dois principais dirigentes sindicais da oposição, Ronaldo Moreno, presidente da Associação dos Empregados da Light, e Sônia Latgé, presidente da chapa de oposição, que também participavam da ocupação, foram demitidos por "justa causa".

A demissão de Moreno e Sônia se somam aos ataques da empresa aos trabalhadores da Light do Rio de Janeiro. Cada demissão tem como resultado imediato o avanço do sucateamento da empresa, com prejuízo dos serviços e transtornos à população.

Conclamamos as entidades e movimentos de esquerda de todo país a realizarem uma ampla campanha contra as demissões e pela readmissão dos companheiros.

Abaixo, enviamos os endereços da direção da empresa para que as entidades enviem cartas e moções à empresa:

SOLIDARIEDADE

Presidente
José Luis Alquéres
Av. Marechal Floriano, 168
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20080-002
Caixa Postal 0571

Diretora de RH
Ana Silvia Matte
(diretora de RH)
Av. Marechal Floriano, 168
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20080-002
Caixa Postal 0571

Com cópia para
AEL – Associação dos Empregados da Light
Av. Marechal Floriano, 199
4º andar.

POBRES PAGAM A CONTA DA DESTRUIÇÃO AMBIENTAL

***JEFERSON CHOMA**, da redação*

É isso que diz o último relatório do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática) divulgado em Bruxelas (Bélgica) no dia 8 de abril. O documento prevê que as mudanças climáticas no planeta, causadas pela emissão de gases estufa, afetarão, sobretudo, regiões onde vive a parcela mais pobre da população mundial.

Mais uma vez, temos uma pequena dimensão do que o capitalismo está fazendo com o nosso planeta. O relatório diz que cerca de 250 milhões de pessoas sofrerão com a falta de água na África, com uma redução de até 50% na produção agrícola em alguns países, até 2020. O mesmo pode ocorrer com regiões inteiras da Ásia, afetando mais de um bilhão de pessoas.

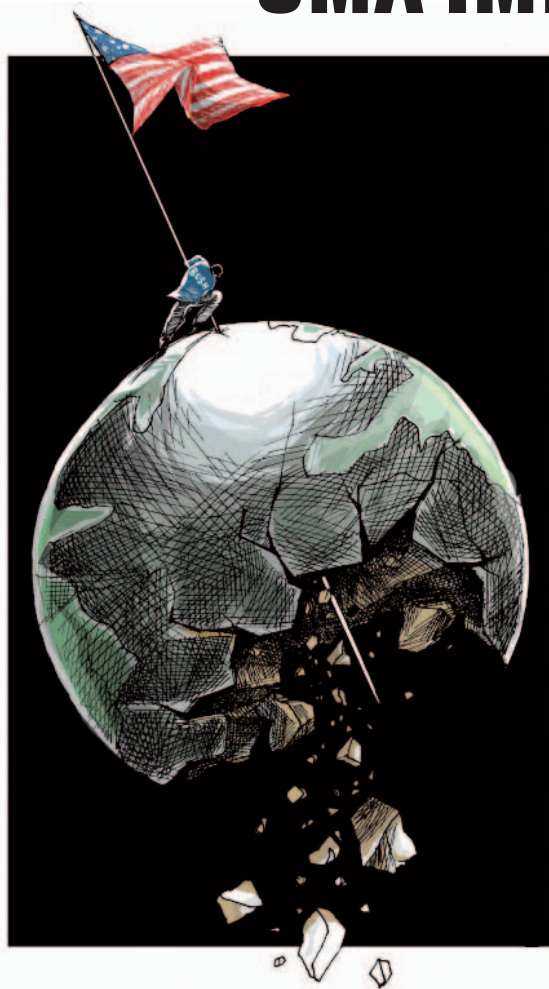
Com a relação à América Latina, a previsão aponta para a desertificação de regiões mais secas. O texto ainda diz que o nordeste do Brasil pode perder 70% da recarga de seus aqüíferos.

Em fevereiro deste ano, um primeiro relatório do IPCC apontou, pela primeira vez, que a queima de combustíveis fósseis é responsável pelo aquecimento do clima. Segundo o texto, até 2100 a temperatura da Terra aumentará entre 1,8ºC e 4ºC. O pior de tudo é que IPCC diz que o aquecimento já produziu fenômenos irreversíveis.

A adoção de combustíveis fósseis (petróleo, gás, etc) como matriz energética libera o dióxido de carbono (CO_2) na atmosfera, que cria "um cobertor", impedindo a energia solar se dissipar no espaço. Esse fenômeno é conhecido como efeito estufa.

Os EUA são os maiores consumidores desses recursos e responsáveis pela emissão de 20% de todos os gases-estufa na atmosfera. Mas a transformação da China (segundo maior poluidor mundial) em uma plataforma de exportação imperialista aumenta ainda mais a degradação ecológica.

O último relatório do IPCC mostra algo que todos já sabiam. Os países capitalistas ricos destroem o meio ambiente, e quem paga a conta é população pobre. Mesmo que todos os países pobres adotassem políticas de conservação ecológica seria impossível impedir o avanço da destruição, uma vez que os maiores responsáveis são os países imperialistas.

UMA IMPORTANTE DIFERENÇA

Os dramáticos resultados do desequilíbrio ecológico estão aí para todo mundo ver. Há décadas o planeta sofre uma destruição ambiental provocada pela lógica destrutiva da acumulação capitalista. Fenômenos climáticos extremos (enchentes, secas, furacões, ondas de calor, etc.) estão se tornando uma constante e não adianta tapar o sol com a peneira, dizendo que o aquecimento do planeta é algo natural. É certo que o clima do planeta não é algo estanque e imutável. Ao longo de bilhões de anos, a Terra passou por inúmeras e bruscas mudanças climáticas. Contudo, a intervenção humana está acelerando esse processo a olhos vistos.

Cidades costeiras podem ser inundadas com a elevação dos oceanos causada pelo derretimento do gelo polar. Habitantes de continentes e regiões super-habitadas irão sofrer com a seca e a diminuição de terras cultiváveis.

No entanto, há uma diferença nisso tudo. Apenas os países imperialistas poderiam promover as profundas adaptações que a mudança climática vai exigir. Podem, por exemplo, impedir que suas cidades sejam devastadas pela elevação dos oceanos. Um exemplo é a Inglaterra. Por muito tempo, Londres, que se encontra praticamente no nível do mar, sofria inundações quando chuvas prolongadas ou o brusco derretimento da neve coincidiam com marés altas, afetando o volume de água do rio Tamisa, que corta a cidade. A solução foi a construção, em 1982, de um sistema de comportas para regular o fluxo das marés. Com a ameaça de uma elevação do nível dos oceanos estuda-se agora a construção de um novo sistema para impedir qualquer ameaça de inundação.

Mas os países semicoloniais não possuem recursos para tal adaptação, uma vez que suas riquezas são espoliadas pelo imperialismo. É muito pouco provável que Bangladesh (ex-colônia britânica, um dos países mais pobre do mundo que é afetado por constantes enchentes) possa construir um sistema de comportas como o de Londres. Uma pequena elevação dos oceanos pode ter conseqüências catastróficas para esse pequeno, mas populoso país asiático.

> **OS PAÍSES POBRES não possuem recursos para se adaptarem as mudanças do clima, porque suas riquezas são espoliadas pelo imperialismo**

Mas não são apenas os países pobres que irão sofrer as conseqüências do aquecimento global. A população pobre dos países imperialistas também terá menores condições de enfrentarem as mudanças do clima. Um exemplo disso foi a catastrófica enchente que se abateu sobre Nova Orleans (EUA) em 2005, que provocou dias de barbárie em pleno coração do império. A passagem do furacão Katrina rompeu os diques que protegiam a cidade e destruiu bairros onde vivia a população negra e pobre. Até hoje o governo Bush não reconstruiu os bairros afetados.

Por outro lado, os países semicoloniais também enfrentam a degradação ambiental provocada por multinacionais e grandes corporações. A África, por exemplo, se tornou uma espécie de "aterro sanitário" do imperialismo e das multinacionais. Lixo radioativo na Somália, derrama de produtos tóxicos junto à Costa do Marfim, mais de 5 mil litros de cloro abandonados nos Camarões, são apenas alguns exemplos que tornam o continente o destino de uma boa parte do lixo tóxico do mundo.

O Brasil é outro exemplo dessa dinâmica. O acordo com o governo Lula e Bush sobre o etanol prevê a ampliação do agronegócio e, conseqüentemente, haverá mais desmatamentos das florestas.

Fala-se que o etanol seria a energia limpa, menos poluente que a gasolina. Entretanto, o plantio da cana para produzir o etanol precisa ser feito em grandes áreas (o que ameaça nossa soberania alimentar). Seu cultivo depende de muitos agrotóxicos e superexplora os cortadores de cana. Além disso, o cultivo utiliza o método das queimadas. Basta ir a Ribeirão Preto (SP), grande região produtora de cana, para ver que a população da cidade respira fumaça por meses ao longo do ano.

AÇÃO "CIDADÃ" NÃO É A SAÍDA

Nas últimas décadas houve uma tomada de consciência em nível mundial sobre a gravidade dos desequilíbrios ambientais, ao se combinarem alterações climáticas evidentes com os alertas disparados pela comunidade científica e os últimos relatórios do IPCC.

Diante da catástrofe ambiental, é bastante comum ver as ONGs, a grande mídia e alguns ambientalistas levantarem falsas alternativas, como, por exemplo, de que a destruição ecológica é fruto do nosso consumismo, da nossa falta de educação. Como saída apontam soluções individuais "cidadãs": plantio de árvores, moderação do consumo de água, etc. A intenção é clara: responsabilizar os indivíduos para redimir o sistema capitalista, esse sim o maior consumidor dos recursos naturais.

Em primeiro lugar, o consumismo (como forma de valorização individual e prestígio social) é estimulado pelo próprio capitalismo. E, o que é decisivo, não são os indivíduos os responsáveis pela destruição ecológica. Suponhamos que a maioria dos habitantes do planeta adotasse medidas "ecologicamente corretas" no seu dia-dia. Ou ainda que os países pobres diminuíssem drasticamente a destruição ambiental.

De nada adiantaria tais esforços, pois são os países imperialistas e as multinacionais que tomam as decisões políticas que levam à destruição ambiental em grande escala. É como apontar como grande solução para os habitantes de uma cidade como Cubatão (com uma poluição brutal determinada pelas indústrias da região) que evitem jogar lixo no chão. É correto não jogar lixo nas ruas, mas para mudar a cidade, é preciso impedir que as grandes empresas joguem todos os dias toneladas de poluentes na atmosfera.

Não são os indivíduos, mas as grandes empresas capitalistas e o imperialismo que definem quais são as forma de produção e as atuais fontes de energia que liberam o CO2 na atmosfera. Ao controlar o mercado mundial, são eles que tomam as decisões políticas que levam à destruição ambiental: definem a utilização de agrotóxicos e transgênicos na produção de alimentos; a destruição de ecossistemas para seus empreendimentos; planos econômicos que geram miséria e ampliam a favelização e habitações precárias, sem serviços sanitários ou de qualquer outro tipo. As embalagens PET, por exemplo, que levam mais de cem anos para se degradar na natureza, elevaram o lucro das empresas ao eliminar o gasto na conservação e limpeza das garrafas antigas. Os bilhões de monitores e baterias de celulares, cada vez mais descartáveis, produzem montanhas de lixo altamente tóxico.

Protocolo de Kyoto: "ecologia de mercado"

Alguns ecologistas, os governos do imperialismo europeu e, mais recentemente, o ex-vice-presidente dos EUA, Al Gore, defendem a aplicação do Protocolo de Kyoto. O acordo prevê uma redução média de 5,2% (entre 2008 e 2012) das emissões dos gases que provocam o efeito estufa. Isso é absolutamente insuficiente, pois as metas de redução de emissão de gases são muito pequenas comparadas com a real necessidade. Cientistas do IPCC afirmam que seria necessário reduzir em 60% as emissões e não em 5% como propõe o Protocolo. Mesmo assim, o acordo já fracassou, pois o principal poluidor do mundo, os EUA, se recusou a ratificá-lo, alegando prejuízo para sua indústria.

Direito de poluir é nova mercadoria

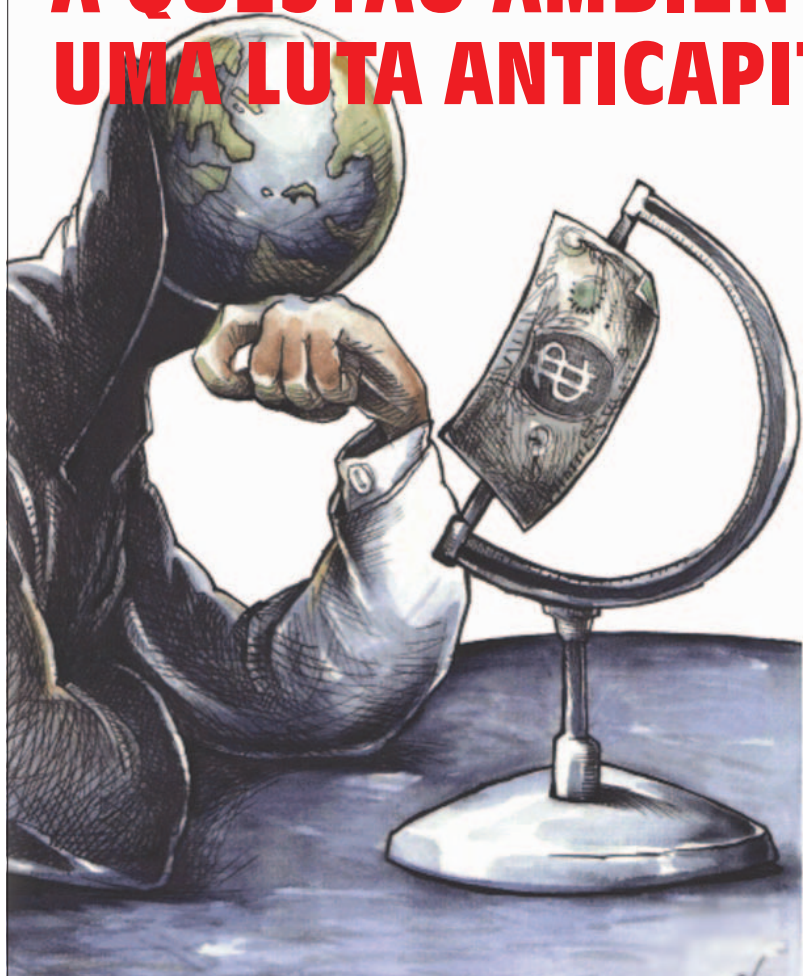
O Protocolo também criou um mecanismo absurdo chamado "mercado de carbono", que dá aos países imperialistas o direito de poluir o mundo, desde que compre (por meio de créditos de carbono) dos países pobres o direito de poluir. Isso mesmo, o Protocolo de Kyoto transformou em mercadoria o direito de poluir. Ou seja, as nações imperialistas seguirão poluindo enquanto puderam pagar para isso.

UMA "VERDADE INCONVENIENTE"

Al Gore defende o mecanismo do mercado de carbono e se tornou famoso por apresentar o filme "Uma verdade muito inconveniente", que chama a atenção sobre a questão ambiental e o aquecimento global. Atualmente Al Gore é dos pré-candidatos mais cotados para concorrer à eleição presidencial norte-americana.

Contudo, o ex-vice-presidente enfrenta uma outra "verdade muito inconveniente". Ambientalistas o acusam de hipocrisia, por gastar em sua mansão de 930 m2, com 20 quartos, oito banheiros, uma piscina aquecida e uma casa anexa para convidados, cerca de 20 vezes mais energia do que uma família média dos EUA.

Considerando que as famílias de classe média norte-americanas gastam muito, muito mais que as pobres do resto do mundo, pode-se ver a distância dos interesses entre esse "ecologista" e as necessidades reais dos trabalhadores.

A QUESTÃO AMBIENTAL DEVE SER UMA LUTA ANTICAPITALISTA

A lógica predatória e de concorrência entre os burgueses impossibilita que o capitalismo possa utilizar tecnologias racionais e não poluentes, pois são infinitamente menos rentáveis para os empresários. Portanto, a bandeira ecológica insere-se na luta pela superação completa do regime de exploração. Ou o capitalismo é superado ou a humanidade seguirá para a barbárie e o ecocídio.

Mas é preciso começar a construir essa luta desde já. A luta ambiental deve ser relacionada às lutas sociais, pois elas podem ser unidas ao redor de objetivos comuns. Citamos alguns exemplos: a luta de comunidades indígenas ou camponesas que enfrentam as multinacionais e o agronegócio tem que desenvolver um combate antiimperialista, mas também social e ecológico. A luta contra a transposição do São Francisco deve ser relacionada à necessidade da reforma agrária, aliada à preservação ambiental das águas do rio e da mata ciliar.

O crescimento urbano virou sinônimo de favelização, habitação precária, sem serviços sanitários. Hoje, no mundo, segundo os dados da ONU, um bilhão de habitantes são favelados. Não há como preservar o meio ambiente nas grandes cidades sem dar moradia digna à população.

Juntar essas lutas será um novo desafio para os sindicatos, entidades do movimento popular e estudantil.

PROTESTOS SACODEM ARGENTINA

EM RESPOSTA à morte de professor, milhares de pessoas tomam as ruas do país na maior manifestação realizada durante o governo Kirchner

DA REDAÇÃO,

O assassinato do professor Carlos Fuentealba detonou uma paralisação dos professores em toda a Argentina no último dia 9. Mais de 100 mil pessoas saíram às ruas em todo o país. O jornal La República afirmou que a Argentina esteve "semi-paralisada" em função da greve.

Fuentealba, professor da província de Neuquén, foi covardemente morto após ser atingido na cabeça por uma bomba de gás lacrimogêneo lançada por um policial. Ele participava com mais mil pessoas de uma manifestação dos docentes por aumento de salários.

ASSASSINATO DETONOU LUTA NACIONAL

As mobilizações docentes estão ocorrendo há quase um mês e atingiram sete províncias, com protestos em Neuquén e paralisações em Santa Cruz, Salta.

A morte de Fuentealba teve forte repercussão. Nas escolas e nas ruas era comum ver a comoção de alunos e professores. Como resposta, os docentes realizaram um conjunto de mobilizações pelo país, convocando uma paralisação nacional para o dia 9 de abril.

Em Neuquén, 30 mil pessoas foram às ruas pedir a punição dos responsáveis pelo crime e exigir a renúncia do governador direitista da província, Jorge Sobisch, pré-candidato à presidência nas eleições de outubro próximo. A mobilização foi a maior já vista na província, que tem cerca de 300 mil habitantes. Os manifestantes cercaram o palácio do governo e dizem que só vão desocupar o local depois que Sobisch renunciar.

O protesto também foi o maior desde o início do governo de Néstor Kirchner. As escolas ficaram vazias e alunos e pais aderiram à manifestação, inclusive em escolas particulares. Segundo o jornal La Nación, a adesão chegou a 70% nas escolas. Nas ruas, comerciantes fecharam as portas e colaram cartazes de apoio às marchas.

"*O giz não se mancha com sangue*", repetiam os manifestantes, demonstrando que não estão dispostos a se entregar. Aos professores, juntaram-se trabalhadores fabris, do setor de transportes e também os funcionários do metrô de Buenos Aires que pararam por três horas.

Na capital argentina, mais de 30 mil ativistas se reuniram no obelisco da Nove de Julho e tomaram toda a Diagonal Norte, avenida que leva até a Casa Rosada, sede do governo federal. Em Salta, os manifestantes ocuparam o palácio do governo.

COMBINAÇÃO EXPLOSIVA

Os protestos dos docentes são o resultado de uma combinação explosiva: inflação, corrosão salarial e crise financeira das províncias argentinas.

Apesar da retomada do crescimento econômico após a crise de 2001/2002, a Argentina vem registrando altas taxas de inflação que, nos últimos dois anos, chegaram a quase 25%. O resultado foi a corrosão dos salários dos trabalhadores.

Por outro lado, existe hoje uma crise financeira nas províncias argentinas. A retomada pelo governo federal do pagamento da dívida externa ao FMI fez com que os governos provinciais retomassem a implementação da lei de responsabilidade fiscal, que mantém o arrocho salarial dos trabalhadores.

O crescimento das mobilizações colocou não só a necessidade de uma luta nacional dos docentes em defesa da educação e dos salários. A combinação com as lutas de outras categorias, como funcionalismo público (médicos, enfermeiros, servidores provinciais e municipais) e trabalhadores da iniciativa privada (petroleiros, caminhoneiros etc), estava na ordem do dia. No entanto, as centrais sindicais (CTA e CGT) abandonaram as províncias em luta e fizeram de tudo para impedir a unificação das lutas e antecipar os acordos salariais.

Diante dos protestos, o governo Kirchner tentou desmontar o conflito nacional que se iniciava, impedindo uma luta unificada. Para isso, estavam sendo fechados acordos salariais entre o governo, a CTERA (sindicato nacional dos professores), a CTA e CGT. Mas os acordos colocavam limites às reivindicações dos trabalhadores e não contemplavam suas necessidades. Por isso, as lutas nas províncias continuaram. Diante disso, o governo lançou mão da repressão.

SINAL VERDE PARA A REPRESSÃO

A morte de Fuentealba também é resultado de uma política repressiva adotada não só pelo governo de Neuquén, mas também pelo governo Kirchner para combater os protestos docentes. Em Santa Cruz (província do presidente), o movimento docente enfrentou uma forte repressão desatada pela "Gendarmería" – espécie de polícia fronteiriça militarizada –, que ocupou as escolas. Houve também atentados de grupos ligados ao PJ (Partido Justicialista) contra os ativistas da greve.

Momentos após a mobilização contra a morte de Fuentealba, Kirchner informou, através do ministro Aníbal Fernández, que enviará mais policiais a Neuquén se Sobisch solicitar. Mas, pressionados pelas manifestações, se pronunciou demagogicamente contra a repressão.

As agressões do governo Kirchner foram o sinal verde para que Jorge Sobisch ordenasse a repressão contra os docentes, que resultou na morte de Fuentealba. "*O presidente é tão responsável quanto o governador, com as escolas de Santa Cruz que estão militarizadas*", disse Marcelo Guagliardo, da Associação de Trabalhadores da Educação de Neuquén (Aten).

POLARIZAÇÃO SOCIAL

O assassinato de Fuentealba e a reação dos trabalhadores produziram uma nova mudança política no país, com o desgaste do governo Kirchner e o desmonte dos acordos encaminhados pelo governo e as centrais sindicais. A força dos protestos abriu uma situação mais favorável às lutas dos trabalhadores do país.

A Frente Obrera Socialista (FOS), seção argentina da Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI), está participando ativamente das mobilizações e distribuiu um panfleto que repudia e exige a punição dos responsáveis pela morte de Fuentealba:"*Se este crime fica impune e se limitam a sancionar um policial somente, a mensagem será que o trabalhador que luta por salário estará ameaçado de morte*", diz o manifesto. A FOS também responsabiliza os próprios dirigentes sindicais da categoria que, apesar de convocarem a greve nacional do dia 9, "*abandonaram as províncias em luta*". A organização também defende a construção de um encontro nacional dos setores em luta, que defina um plano de lutas nacional, que seja discutido em assembléias em todos os locais de trabalho.